

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Os actores e a colonização

Jorge Vala e Ana Saint-Maurice

Resumo Neste estudo analisamos a representação social (RS) do descobrimento do Brasil, no quadro da hipótese segundo a qual a evocação de acontecimentos remotos ancora em princípios identitários. Primeiramente é estudada a representação dos actores da colonização (colonizadores portugueses, índios e escravos africanos), seguidamente esta representação é relacionada com outras dimensões da memória do descobrimento do Brasil. Os dados analisados foram recolhidos na região de Lisboa (N=500) e na cidade do Rio de Janeiro (N=401) através de amostragem por quotas. Os resultados mostram que a identidade nacional e a identidade política, quer em Portugal quer no Brasil, se encontram associadas a representações diferentes sobre os actores. Porém, quando se relacionam as imagens dos colonizadores com outras dimensões da colonização encontramos representações consensuais em Portugal e no Brasil. A valência destas RS é globalmente positiva no caso de Portugal e negativa no caso do Brasil.

Palavras-chave Memória social, representação social, identidade social.

Uma carta de Pêro Vaz de Caminha dirigida a D. Manuel I descreve a chegada de uma frota de 13 navios ao que se chamou Terra de Vera Cruz, hoje Brasil, em 22 de Abril de 1500. Como se fala deste acontecimento, hoje, em Portugal e no Brasil? Como se fala dos acontecimentos que se lhe seguiram? Estas interrogações estão no centro de um projecto de pesquisa cujos principais resultados este número de *Psicologia* relata. Com vista à identificação das representações sociais sobre esses acontecimentos, uma das dimensões desse projecto incluía uma pesquisa extensiva em Portugal e no Brasil sobre as opiniões, crenças e atitudes partilhadas sobre esses mesmos acontecimentos (ver, neste número, Möller, Sá & Bezerra). Este artigo analisa alguns dos dados dessa pesquisa extensiva.

O projecto teórico subjacente ao presente trabalho emergiu de um outro estudo, coordenado por Denise Jodelet da EHESS, sobre a memória social da descoberta da América em 1492 e sobre as comemorações desse evento. Esse projecto constituiu uma inovação na análise da memória social sobre acontecimentos passados. A sua matriz teórica residia na articulação entre a teoria das representações sociais (Moscovici, 1988) e a memória social. Esta articulação foi recentemente proposta por Jodelet (1992), e desde logo retomada por outros autores (*e.g.* De Rosa,

Jorge Vala, Departamento de Psicologia Social e das Organizações do ISCTE, Lisboa e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
Ana Saint-Maurice, Departamento de Sociologia do ISCTE, Lisboa.

2000; Nascimento-Shulze, 2000; Sá & Vala, 2000), embora já estivesse implicitamente presente na articulação entre representações colectivas e memória colectiva proposta por Halbwachs (1950/1997).

Vários estudos têm recentemente analisado os processos de construção social da memória de acontecimentos que interessam a todo um grupo. No entanto, trata-se geralmente de acontecimentos de que as pessoas inquiridas ou ascendentes próximos, que as socializaram, foram contemporâneos. É o caso, por exemplo, do estudo de Rateau (2002) sobre a profanação do cemitério judeu de Carpentras em 1990, ou dos estudos de Páez, Valencia, Besabé, Herranz e González (2000) sobre a guerra civil de Espanha. No primeiro caso, mas também no segundo, o relato actual dos acontecimentos estudados é passível de ser confrontado com testemunhos de contemporâneos desses mesmos acontecimentos, permitindo comparações na linha da metodologia das experiências de Bartlett (1932/1995) ou dos estudos sobre os rumores de Allport e Postman (1945/1965). Poder-se-á estabelecer uma equivalência entre a memória deste tipo de acontecimentos e a “memória” de acontecimentos remotos, como a descoberta e a colonização do Brasil?

Para Deschamps, Páez e Pennebaker (2001), qualquer destes dois tipos de acontecimentos pode ser remetido para o conceito de memória colectiva, que os mesmos autores definem como “a transmissão entre gerações de conhecimento sobre acontecimentos que modificaram de forma importante a sociedade” (p. 53). Pela nossa parte, preferimos falar de representações sociais sobre acontecimentos remotos para nos referirmos ao tipo de objecto que estudamos neste trabalho. Assumimos que há um passado e narrativas sobre esse passado feitas por pessoas do presente. Essas narrativas serão resultado da comunicação em contextos de interacção breve, a partir de material produzido no “tempo longo” das sociedades. Essas narrativas serão sentidas, funcionalmente, como relativas a acontecimentos do presente, podem ser descritas como RS e serão estruturadas por identidades sociais.

Assim, neste estudo analisamos a representação social do descobrimento do Brasil no quadro da hipótese geral segundo a qual a evocação e a “memória” de acontecimentos remotos se organiza de forma relativamente coerente para se poder assumir como uma narrativa, como uma descrição, e suficientemente flexível para se poder reorganizar contextualmente em função de princípios identitários.

O lugar central da identidade social (Tajfel & Turner, 1979) na descrição de acontecimentos passados tem sido teorizado por vários autores no contexto de pesquisas empíricas (Páez *et al.*, 2000; Pennebaker & Crow, 2000; De Rosa, 2000). Porém, já para Halbwachs (1950/1997) a memória colectiva é vista como um mecanismo de defesa da identidade, e Connerton (1993) associa a recordação e os seus rituais à exaltação da identidade nacional. Se olharmos para a evocação de acontecimentos remotos como uma RS, também por aí se deverá conceder um lugar importante aos processos de identidade. Neste sentido, a identidade social funciona como um dos principais tipos de “âncoras” que permitem a construção de RS (Breakwell, 1993; para uma revisão ver Vala, 1997), e a evocação de acontecimentos

passados deverá garantir a auto-estima do grupo e os sentimentos de diferença e de continuidade.

De facto, num estudo sobre as RS da descoberta da América, Sá, Vala e Möller (1997), com base em amostras de estudantes universitários de oito países europeus e latino-americanos, num total de 1600 pessoas, verificaram que os inquiridos de países latino-americanos fazem um balanço menos negativo da acção dos seus antepassados e das consequências sociais, políticas e culturais de 1492 para a América latina do que os inquiridos dos países europeus. Estes últimos distanciam-se daqueles mesmos acontecimentos e atribuem a factores que lhes são externos as suas consequências negativas. Os cidadãos da actual América latina defendem a sua auto-estima reconhecendo os erros passados, mas valorizando menos esses erros do que os cidadãos de países que não estiveram directamente implicados na colonização da América latina.

Nessa pesquisa, Portugal constitui um caso particular. Este país é o país europeu que menos negativamente avalia as consequências de 1492. Portugal é também o país que faz uma avaliação menos negativa dessas consequências do que o conjunto dos países da América latina. Em nossa interpretação, as respostas dos portugueses visam preservar a sua identidade como país de descobridores, minimizando os aspectos negativos e exaltando os benefícios da colonização.

No que toca aos países da América do Sul, que fazem uma avaliação globalmente crítica e negativa das consequências dos descobrimentos — embora menos negativa do que a que faz a média dos europeus —, preservam a sua auto-estima de uma outra forma: exorcizam a acção dos seus antepassados, numa posição defensiva. É esta, também, a estratégia seguida pelos inquiridos em Espanha: acentuam os aspectos negativos de 1492, deles se distanciando através de uma posição crítica que purifica a sua identidade. Uma estratégia que podemos considerar próxima do *black sheep effect* descrito por Marques e Páez (1994), e que consiste em avaliar mais negativamente um membro anti-normativo do endogrupo do que um membro do exogrupo. Tal estratégia preservaria a identidade positiva do grupo.

Neste trabalho, começamos por analisar as imagens dos três tipos de actores envolvidos nos acontecimentos que se seguiram à chegada dos portugueses ao Brasil — os colonizadores, os índios e os escravos africanos. De acordo com a hipótese da ancoragem das representações sociais na identidade social, espera-se que os portugueses apresentem uma imagem mais positiva dos colonizadores do que os brasileiros. Além disso, espera-se que ambos apresentem uma imagem mais positiva dos colonizadores (antepassados quer de portugueses, quer de brasileiros) do que de qualquer dos outros dois grupos. O fundamento desta hipótese reside no facto de se supor que portugueses e brasileiros, mas mais os primeiros, mais facilmente poderão associar ao *self* os antigos colonizadores do que os índios ou os escravos africanos. Esta hipótese será moderada pela identidade nacional e pela identidade política: serão os inquiridos mais identificados com o respectivo país e os mais identificados com a direita aqueles que mais facilmente poderão associar a colonização e os colonizadores ao *self*. As dimensões de avaliação dos actores (colonizadores, índios e escravos) e a sua justificação teórica serão descritas adiante.

Num segundo momento, articulamos as imagens dos actores com outras dimensões da RS da colonização do Brasil: o significado da colonização (encontro *vs.* conquista), as causas do genocídio dos índios, as relações interculturais que se estabeleceram, e as emoções suscitadas hoje pela evocação daqueles acontecimentos. Ainda de acordo com a hipótese da ancoragem das RS em princípios identitários, espera-se uma maior idealização da colonização por parte dos portugueses do que por parte dos brasileiros (ver Sá, Vala & Möller, 1997). Hipóteses mais detalhadas sobre estas dimensões serão apresentadas adiante.

Método

A presente pesquisa foi realizada em Portugal e no Brasil durante os meses de Abril a Junho de 2000. Saliente-se que o auge das comemorações do V centenário da descoberta do Brasil ocorreu no mês de Abril desse mesmo ano.

Em Portugal a amostra é composta por 500 indivíduos com mais de 18 anos, residentes nos concelhos da Grande Lisboa, tendo como grau de escolaridade mínima o 9.º ano ou equivalente. Trata-se de uma amostra por quotas. Para além do sexo, foram usadas como quotas a idade (18/34 anos, 35/49 e 50 ou mais anos) e a escolaridade (9.º ano completo, 10.º/12.º completo ou incompleto, superior completo ou incompleto).

No Brasil (ver Möller *et al.*, neste mesmo número), a amostra foi igualmente uma amostra por quotas, tendo sido entrevistados 789 pessoas no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Belém, Natal, Cuiabá e Florianópolis, capitais de Estado, representando as cinco grandes regiões geográficas do país. Neste artigo, por razões de comparabilidade, só usamos os dados relativos ao Rio de Janeiro (400 respostas válidas).

Resultados

A nacionalidade dos inquiridos e as representações sobre os actores da descoberta e da colonização do Brasil: colonizadores portugueses, índios e escravos africanos

Uma das questões do questionário incidia sobre a caracterização “dos grupos que estiveram envolvidos na colonização do Brasil”: os “colonizadores portugueses”, os “índios” e os “escravos africanos”. Era pedido às pessoas que avaliassem cada um destes grupos com base em cinco escalas bipolares, das quais retivemos para a nossa análise aquelas que melhor conotam as dimensões de “instrumentalidade” (ser inteligente) e “sociabilidade” (ser cordial).

Como recordam Fiske, Xu, Cuddy e Glick (1999), a importância destas duas dimensões na descrição de pessoas tem sido sublinhada desde os estudos de Asch (1946) sobre a formação de impressões. Nesses estudos era contrastada uma pessoa "instrumental" e "cordial" com uma pessoa igualmente não cordial. Posteriormente, os estudos sobre as teorias implícitas de personalidade viram a mostrar o lugar central destas duas dimensões na descrição de pessoas (e.g. Rosenberg, Nelson & Vivekananthan, 1968). Interessante é o facto de se ter verificado que estas duas dimensões se encontravam hierarquizadas no senso comum, que eram dimensões mais avaliativas do que descritivas e que eram estrategicamente usadas nas relações intergrupais, nomeadamente nas relações de género (Amâncio, 1994). Recentemente, Fiske *et al.* (1999) mostraram que o estatuto atribuído a um grupo é preditor da atribuição de competência instrumental (só os endogrupos e os grupos de estatuto elevado são descritos de forma positiva na dimensão de instrumentalidade), enquanto o tipo de interdependência (competição *vs.* cooperação) é preditor da atribuição de traços positivos ou negativos na dimensão de sociabilidade ou relacional (a cooperação facilita a atribuição de cordialidade, enquanto que a competição induz a atribuição de traços relacionais negativos). Estes estudos mostram que a descrição de grupos sociais apresenta variações estruturais, de acordo com a natureza das relações intergrupais e o estatuto social do grupo, e que as duas dimensões de descrição de pessoas que referimos apresentam um lugar central na economia dessas variações estruturais.

Desta forma, podemos esperar que os portugueses descrevam os colonizadores como mais competentes ou instrumentais do que os índios ou os escravos africanos, não sendo de esperar diferenças significativas na dimensão de sociabilidade/cordialidade. De facto, enquanto grupos de baixo estatuto, escravos e índios podem ser vistos como pessoas cordiais e a idealização das relações entre os portugueses e os colonizados sugere também que estes possam ser vistos como pessoas agradáveis, na medida em que se pense que não teriam tido com os colonizadores relações de competição ou conflituais, mas relações de cooperação. Além disso, os portugueses poderão avaliar tanto mais negativamente os índios e os escravos na dimensão de instrumentalidade, quanto mais os avaliarem positivamente na dimensão relacional.

Quanto aos brasileiros, podemos esperar que apresentem, igualmente, uma visão mais positiva dos colonizadores do que dos outros dois grupos, dada a maior probabilidade de os primeiros serem representados como seus ascendentes, o que facilitará a sua percepção como uma extensão do *self*. No entanto, a pressão para uma visão inclusiva da sociedade brasileira, suscitada pelas comemorações, poderá facilitar uma visão mais positiva dos escravos e dos índios do que aquela que é apresentada pelos portugueses.

Para analisar estas hipóteses, procedemos a uma análise de variância, tomando como variáveis independentes o tipo de traço, o tipo de actor e o país, e como variável dependente o grau de atribuição de traços (1 — não possui o traço; 5 — possui). As duas primeiras variáveis são variáveis "entre-sujeitos" e a terceira é

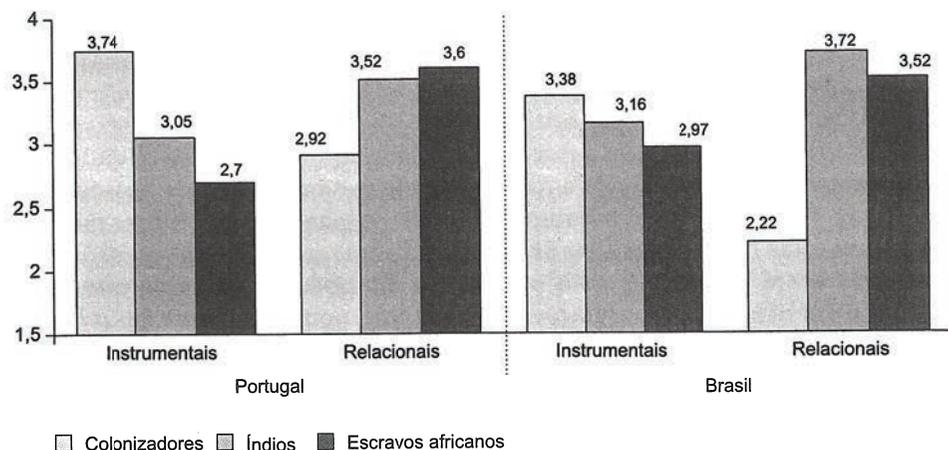


Figura 1 Representação dos actores da colonização em função do país dos inquiridos

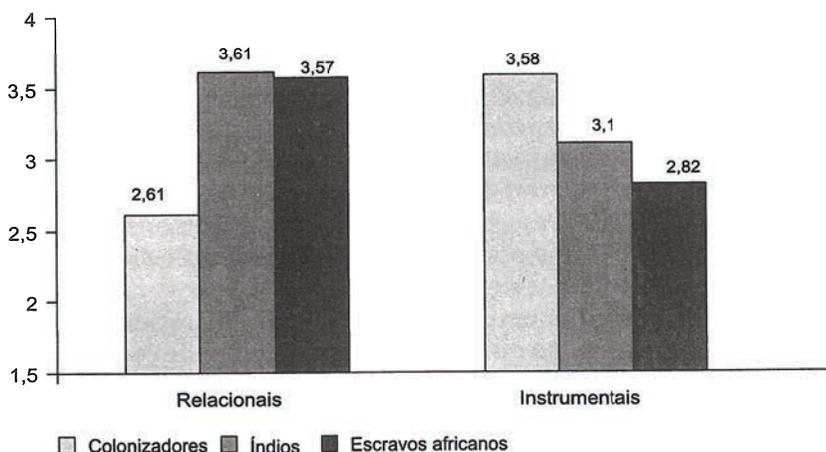
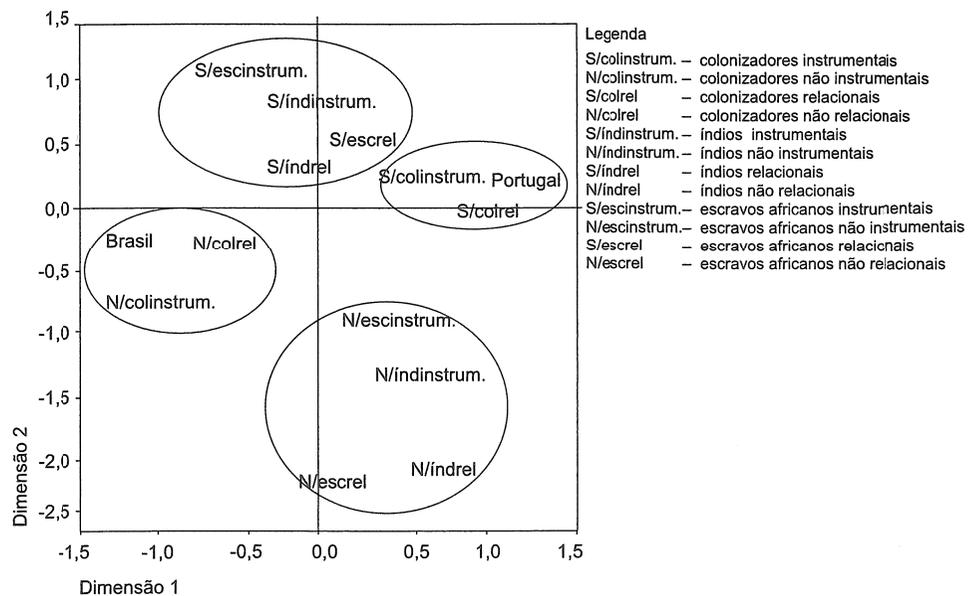


Figura 2 Atribuição de traços em função do tipo de actores

uma variável "inter-sujeitos". De acordo com as hipóteses, espera-se uma interacção tripla (traços X actores X país). Como se pode ver na figura 1, obtivemos a interacção esperada ($F(2,1774)=18,568$; $p=0,000$), indicando os resultados que os portugueses atribuem claramente mais instrumentalidade aos colonizadores do que aos outros grupos, enquanto que os brasileiros atribuem aos três grupos graus relativamente semelhantes de instrumentalidade. Note-se, no entanto, que mesmo os brasileiros consideram os colonizadores como mais instrumentais do que os outros grupos. Além disso, verifica-se que os brasileiros avaliam mais negativamente

Quadro 1 Análise Homals: relação entre a caracterização dos actores e a nacionalidade dos inquiridos

Medidas de discriminação: Homals 1	Dimensão 1	Dimensão 2
País	1,294	0,027
Colonizador/relacional	0,419	0,011
Colonizador/competência	0,338	0,101
Índio/relacional	0,031	0,570
Índio/competência	0,049	0,551
Escravo africano/relacional	0,011	0,458
Escravo africano/competência	0,123	0,412
Valor próprio das dimensões	0,331	0,305

**Figura 3** Relação entre a caracterização dos actores e a nacionalidade dos inquiridos (análise Homals)

os colonizadores na dimensão relacional do que os portugueses. Ambos os grupos avaliam positivamente os índios e os escravos nesta mesma dimensão.

Dos restantes efeitos,¹ salientamos a interacção entre o tipo de actor e o tipo de traços ($F(2,1774)=228,395, p=0,000$). Esta interacção (figura 2) indica que, independentemente do país, os colonizadores são representados como mais instrumentais ou competentes do que os restantes grupos, enquanto estes são representados como mais relacionais. Note-se ainda que os escravos africanos, como decorre da sua condição de escravos, são o grupo pior avaliado na dimensão que conota poder

(a instrumentalidade), embora sejam tão positivamente avaliados como os índios na dimensão de sociabilidade.

Recorrendo, seguidamente, a uma lógica de interdependência entre variáveis, realizámos uma Homals tomando como variáveis os dois tipos de traços caracterológicos — instrumentalidade e cordialidade — (as respostas foram para este efeito dicotomizadas em sim/não, com base no ponto médio da escala), os alvos de avaliação e o país dos respondentes. Foi ensaiada uma solução a duas dimensões, apresentando o primeiro eixo um valor próprio de 0,331 e o segundo um valor próprio de 0,305. No quadro 1 são apresentadas as medidas de discriminação das variáveis e na figura 3 as respectivas coordenadas. Considerando como mais relevantes para a interpretação de um eixo as variáveis com peso superior ao valor próprio do respectivo eixo, verificamos que o primeiro eixo opõe as imagens que portugueses e brasileiros têm dos colonizadores: os primeiros idealizam-nos, o que não acontece com os segundos. No segundo eixo opõe-se uma imagem positiva dos escravos africanos e dos índios a uma imagem negativa dos mesmos grupos, verificando-se que esta se encontra mais próxima dos portugueses do que dos brasileiros. Assim, estes dados mostram que, quando dicotomizamos os traços, se tornam mais patentes as diferenças entre portugueses e brasileiros. A análise de variância evidencia um padrão de respostas mais matizado, nomeadamente no que toca às representações dos brasileiros sobre os índios e os escravos.

Identidade nacional e representações dos actores da colonização

Formulámos acima a hipótese de que os efeitos da nacionalidade sobre as respostas dos inquiridos relativamente aos actores da colonização seriam moderados pela importância atribuída à identidade nacional. Vamos agora analisar essa hipótese. Por forma a tornar mais inteligível a análise de dados, procedemos a análises de variância separadas para Portugal e para o Brasil.²

No caso de Portugal, esperamos que a idealização da imagem dos colonizadores seja mais elevada entre os que têm uma identidade nacional mais forte. Relativamente às imagens dos outros grupos não se deverão encontrar diferenças em função da saliência da identidade nacional, uma vez que vários estudos têm mostrado que a identidade nacional em Portugal não é preditora de derrogação de exo-grupos etnicizados ou racializados (*e.g.*, Vala, Lima & Lopes, 2003).

Os resultados mostram uma interacção entre a identidade nacional, os actores e os traços ($F(2,978) = 21,2; p=0,000$). Esta interacção, como se pode observar na figura 4, indica que as pessoas que dizem identificar-se com Portugal valorizam mais os colonizadores na dimensão de instrumentalidade do que aqueles que não se identificam. Porém, e contra as nossas hipóteses, os que têm uma identidade nacional mais forte têm uma imagem mais negativa dos escravos e dos índios, embora apenas na dimensão relacional.³

No Brasil, como esperado, as pessoas com maior identificação com o seu país valorizam mais os colonizadores, mas também os índios e os escravos, na

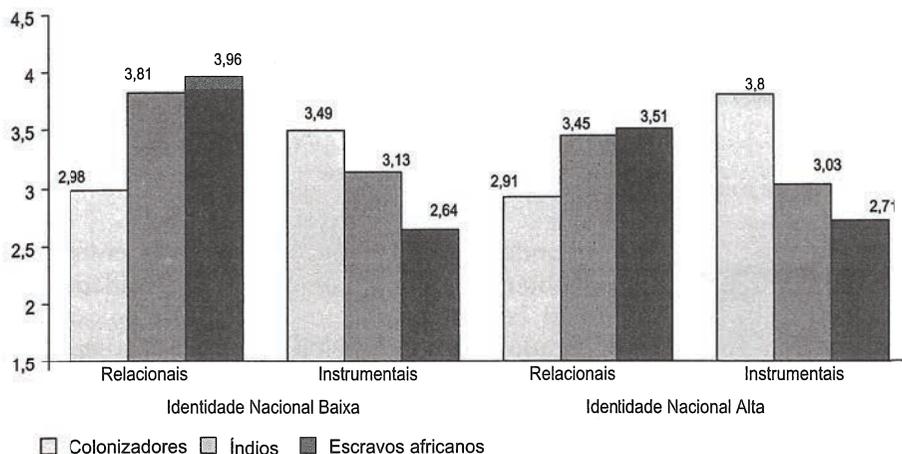


Figura 4 Identidade nacional e representação dos actores da colonização em Portugal

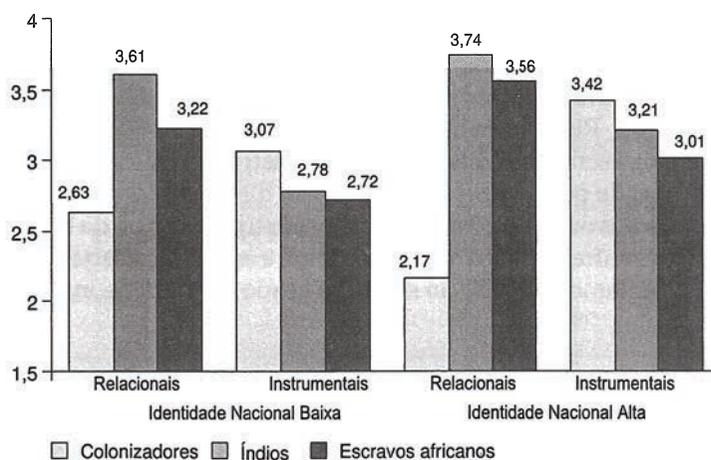


Figura 5 Identidade nacional e representação dos actores da colonização no Brasil

dimensão de competência. A saliência da identidade nacional está, assim, associada a um sentimento de inclusividade. No caso da dimensão relacional, os colonizadores são mais valorizados nesta dimensão por aqueles que têm uma identidade nacional menos saliente do que por aqueles que têm uma identidade forte, enquanto que os escravos e os índios são mais valorizados nessa mesma dimensão pelos que têm uma identidade forte.⁴

Globalmente, os resultados sugerem que, em Portugal, a identidade nacional forte gera uma imagem mais positiva dos colonizadores do que dos outros grupos, enquanto que, no Brasil, essa mesma identidade gera uma imagem mais positiva

de todos os actores da colonização, nomeadamente na dimensão de competência, o que indicará a função integradora ou mesmo fusional deste sentimento de identidade, pelo menos no contexto das comemorações de 1500.

Identidade política e representação dos actores da colonização

No quadro da hipótese geral segundo a qual a evocação de acontecimentos passados se faz numa perspectiva identitária, propomos, ainda, que a identidade política constitui um moderador da representação dos actores da colonização, nomeadamente porque o significado da acção de colonizar continua a ser objecto de controvérsia ideológica.⁵

Colocamos a hipótese de que os inquiridos de direita atribuem mais traços de instrumentalidade aos colonizadores, e que os de esquerda atribuem mais esses mesmos traços aos índios e escravos. Este resultado traduzir-se-á por um efeito de interacção entre a ideologia, o tipo de actor e o tipo de traços. Esta interacção foi obtida, ainda que seja menos forte do que as interacções anteriores ($F(2,1344) = 6,42$; $p=0,002$). O seu significado não é, porém, totalmente o esperado. Como se pode observar na figura 6, as pessoas de direita e de esquerda valorizam igualmente os colonizadores na dimensão de instrumentalidade. É na dimensão relacional que as pessoas que se identificam com a direita valorizam mais os colonizadores do que as de esquerda. Relativamente aos restantes actores, a nossa hipótese verifica-se no caso dos escravos e relativamente à instrumentalidade: esta dimensão é-lhes mais atribuída pela esquerda do que pela direita.

No que toca aos outros efeitos (dos traços, do tipo de actor, da identidade política, da interacção entre os traços e o tipo de actor, e entre traços e o tipo de identidade política), salientamos, devido ao seu significado, o efeito de interacção entre a

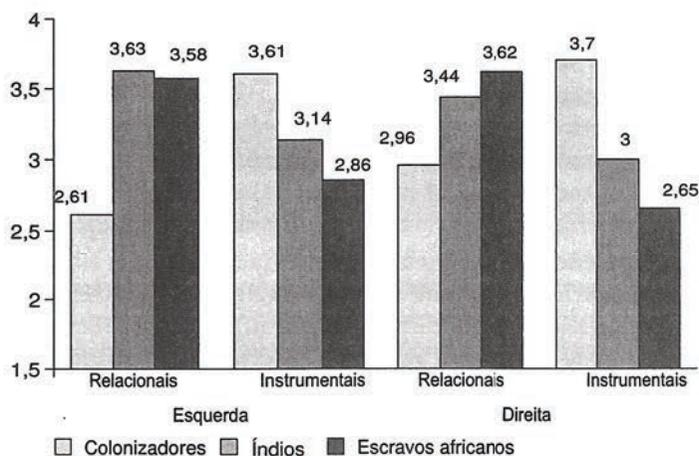


Figura 6 Identidade política e representação dos actores da colonização, Portugal e Brasil

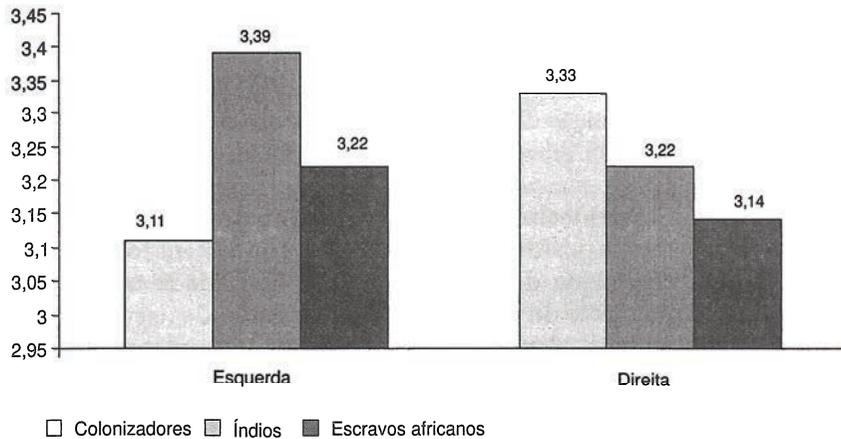


Figura 7 Avaliação global dos actores em função da identidade política

Quadro 2 A nacionalidade e as identidades como preditores das representações sobre os actores da descolonização (análises de regressão múltipla)

Nacionalidade e identidades	Colonizadores portugueses (instrumentalidade)	Colonizadores portugueses (relacional)	Índios (instrumentalidade)	Índios (relacional)	Escravos africanos (instrumentalidade)	Escravos africanos (relacional)
Identidade ideológica	-	0,129**	-0,106*	-	-0,109*	-
País	-	-	-	-	-0,136*	-
Identidade nacional	-	-0,292**	-	-	-	-
País x identidade nacional	0,210**	0,323**	-	-	-	-
Identidade nacional x identidade ideológica	-	-	-	-0,179**	-	-
R ² ajustado	5%	12%	1%	4%	3%	0%
N	681	681	681	681	681	682

Notas: Os valores correspondem aos coeficientes de regressão estandardizados (*betas*) estatisticamente significativos: * $p < 0,01$, ** $p < 0,001$. As células vazias correspondem a coeficientes de regressão estandardizados estatisticamente não significativos. Identidade ideológica: (1) esquerda, (2) centro esquerda, (3) centro direita, (4) direita; identidade nacional: (1) não pertence, (2) pertence mas não é importante, (3) pertence e é importante, (4) pertence e é muito importante; país: (1) Brasil, (2) Portugal. N=681.

identidade política e o tipo de actor ($F(2,1344)=9,52$; $p=0,000$). Este efeito, como se pode observar na figura 7, indica que as pessoas que se identificam com a direita apresentam uma visão mais positiva dos colonizadores do que dos outros grupos, enquanto que aqueles que se identificam com a esquerda apresentam uma visão mais negativa dos colonizadores.

Com o fim de podermos ter uma imagem conjunta do impacto das variáveis independentes na atribuição de cada tipo de traços a cada tipo de actor, procedemos a sucessivas análises de regressão múltipla (ver quadro 2).

Observe-se, em primeiro lugar, que a variância explicada é sempre reduzida, o que indica, neste caso, pouca variabilidade nas respostas, e pouca capacidade das variáveis independentes para explicar essa mesma variabilidade. De qualquer forma, verifica-se que a atribuição de instrumentalidade aos colonizadores é sobretudo predita pela interação entre a identidade nacional e a nacionalidade dos respondentes: são os portugueses e, de entre estes, aqueles que mais se identificam com Portugal, os que mais idealizam a imagem dos colonizadores naquela dimensão. Por sua vez, a imagem positiva dos colonizadores na dimensão de sociabilidade é predita pela identidade de direita, por uma identidade nacional menos saliente (independentemente do país) e ainda pela identidade nacional menos saliente entre os portugueses. Aqueles que manifestam uma identidade nacional mais baixa valorizam mais os colonizadores na dimensão com menos valor social (a sociabilidade) do que na dimensão com mais valor (a instrumentalidade).

A atribuição de competência aos índios e aos escravos é predita pela identidade de esquerda, e no caso dos índios é ainda predita pela nacionalidade brasileira. A atribuição de sociabilidade aos índios e aos escravos é consensual, embora no caso dos índios seja mais elevada entre os brasileiros com identidade de esquerda e identidade nacional elevada. Nenhuma das variáveis é um bom previsor de atribuição de traços relacionais aos escravos negros.

As representações sobre os actores e a colonização do Brasil

Vamos agora proceder ao estudo da relação entre as representações dos actores e as representações da colonização.

Como se referiu, as imagens sobre os actores foram reconstruídas a partir das dimensões de sociabilidade e instrumentalidade. No caso das atitudes perante a colonização do Brasil, considerámos as seguintes dimensões: o significado da colonização como *conquista ou invasão vs. encontro entre povos*; as causas do genocídio dos índios (*os colonizadores vs. factores externos à acção dos colonizadores*); e a dimensão cultural da colonização que terá conduzido a uma *fusão de culturas* ou que terá permitido a sobrevivência de culturas através da sua *separação*, ou ainda que terá levado à *destruição* das culturas indígenas pela cultura europeia. Uma outra pergunta do questionário foi ainda considerada nesta nova análise. Nessa pergunta, as pessoas eram inquiridas sobre os sentimentos ou emoções associados à evocação da “descoberta e ocupação do Brasil pelos portugueses”: vergonha, orgulho, revolta. As frequências destas variáveis são apresentadas neste mesmo número de *Psicologia* por Möller *et al.*

Começámos por realizar uma Homals com todas as variáveis até agora referidas (quadro 3). Uma vez que a identidade nacional e a identidade política não se encontram descritas pelos dois primeiros eixos desta análise, ensaiámos uma solução com três dimensões. O valor próprio da terceira dimensão é baixo (0,098) e quer a identidade nacional quer a identidade política continuam a não estar representadas nessa solução. Este resultado é muito significativo, pois vem mostrar que

Quadro 3 Análise Homals: relação entre as representações dos actores, as representações da colonização, as emoções e as identidades

Medidas de discriminação	Dimensão 1	Dimensão 2
País	0,541	0,003
Identidade nacional	0,005	0,006
Identificação política	0,079	0,030
Responsabilidade pela diminuição da população Indígena	0,169	0,076
Envergonhado	0,142	0,004
Orgulhoso	0,585	0,002
Revoltado	0,314	0,000
Encontro entre dois povos	0,449	0,009
Invasão / conquista	0,632	0,000
Separação entre culturas	0,005	0,323
Destruição pela cultura europeia	0,115	0,353
Integração das culturas numa nova cultura	0,037	0,852
Colonizador / relacional	0,295	0,003
Colonizador / instrumentalidade	0,146	0,007
Índio / relacional	0,029	0,229
Índio / instrumentalidade	0,021	0,139
Escravo africano / relacional	0,001	0,067
Escravo africano / instrumentalidade	0,045	0,104
Valor próprio das dimensões	0,200	0,123

eventuais diferenciações induzidas pela identidade nacional ou pela identidade política se esbatem perante a hegemonia das memórias socioinstitucionais de cada país.⁶

Assim, procedemos a uma nova Homals sem as variáveis relativas às identidades nacional e política (quadro 4). Os resultados desta análise são representados na figura 8. Não se encontram representadas nessa figura as variáveis relativas à descrição dos escravos africanos por apresentarem coeficientes de discriminação muito baixos nos dois eixos. Para a interpretação dos eixos considerámos as variáveis com medidas de discriminação superiores aos valores próprios dos respectivos eixos.

O primeiro eixo opõe uma representação da colonização como *invasão* e *conquista* a uma representação que faz dela um *encontro entre povos*. À primeira está associado um sentimento de revolta, enquanto que à segunda está associado o orgulho. Da mesma forma, a ideia de conquista encontra-se associada a uma avaliação negativa dos colonizadores, e à crença de que a diminuição da população indígena se ficou a dever “à matança dos índios pelos colonizadores”. No pólo oposto, verifica-se que a ideia de “encontro entre povos” se encontra associada à responsabilização dos índios pelo seu próprio desaparecimento e a uma visão dos colonizadores como pessoas cordiais e instrumentais. Aquela visão da colonização é sobretudo partilhada pelos brasileiros, e esta pelos portugueses.

O segundo eixo é relativo à representação das relações culturais entre colonizadores e colonizados. Este eixo opõe a ideia de assimilação ou *destruição de culturas* induzida pela colonização à ideia de que esta produziu uma nova cultura (resultado

Quadro 4 Análise Homals: relação entre as representações dos actores, as representações da colonização e as emoções

Medidas de discriminação	Dimensão 1	Dimensão 2
País	0,516	0,001
Responsabilidade pela diminuição da população Indígena	0,176	0,082
Envergonhado	0,134	0,002
Orgulhoso	0,584	0,002
Revoltado	0,317	0,000
Encontro entre dois povos	0,475	0,012
Invasão / conquista	0,642	0,001
Separação entre culturas	0,004	0,346
Destruição pela cultura europeia	0,124	0,364
Integração das culturas numa nova cultura	0,043	0,898
Colonizador / relacional	0,291	0,004
Colonizador / instrumentalidade	0,151	0,006
Índio / relacional	0,025	0,212
Índio / instrumentalidade	0,018	0,124
Escravo africano / relacional	0,001	0,058
Escravo africano / instrumentalidade	0,040	0,093
Valor próprio das dimensões	0,221	0,138

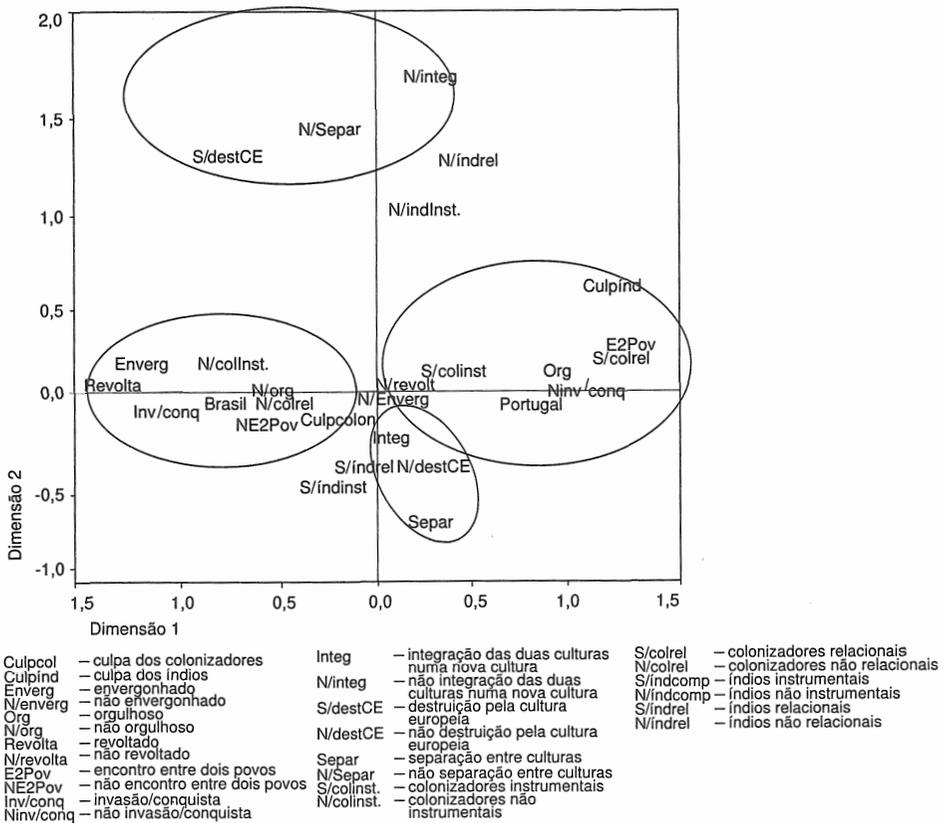


Figura 8 Relação entre as representações dos actores, as representações da colonização e as emoções (análise Homals)

de três culturas — portuguesa, indígena e africana), ou ainda a de que as três culturas puderam sobreviver lado a lado separadamente. Temos de novo uma visão mítica da colonização, expressa pela ideia de *fusão cultural* , talvez inspirada pelo luso-tropicalismo, que se opõe à de conflitualidade intercultural, expressa pela crença na destruição das culturas indígenas pela cultura europeia. Note-se que este segundo eixo se refere a significados comuns a Portugal e ao Brasil.

Conclusões

Iniciámos este trabalho orientados pela hipótese de que as representações sociais sobre acontecimentos remotos estarão ancoradas em princípios identitários. O percurso analítico que seguimos examinou primeiramente as imagens sobre os actores da colonização e depois relacionou essas imagens com outras dimensões das representações sociais sobre a colonização do Brasil.

Relativamente às imagens sobre os actores, formulámos a hipótese de que estas ancorariam nas identidades nacional e política. Os resultados mostram que a saliência da identidade nacional suscita significados e avaliações diferentes em Portugal e no Brasil. No Brasil as pessoas com identidade nacional alta apresentam uma imagem mais positiva de todos os actores, enquanto em Portugal a saliência da identidade nacional está ligada a uma imagem positiva dos colonizadores e a uma imagem mais negativa dos índios e dos escravos do que daqueles. Quanto à identidade política, mostrou-se que na dimensão de instrumentalidade, que conta poder, a direita e a esquerda fazem uma avaliação igualmente positiva dos colonizadores. Mas mostrou-se também que, globalmente, nos dois países, a direita faz uma avaliação mais positiva dos colonizadores, enquanto que a esquerda apresenta uma visão mais positiva dos índios e dos escravos. Desta forma, podemos concluir que as imagens dos actores da colonização são objecto de debate e de posições antagónicas. Essas imagens podem, pois, ser conceptualizadas como RS polémicas, associadas a identidades e à luta simbólica induzida pelas clivagens intergrupais de raiz ideológica.

Note-se, de qualquer forma, que os colonizadores são globalmente representados como mais instrumentais do que relacionais, e que os índios e os escravos africanos são mais representados como relacionais do que instrumentais, e que representar positivamente estes dois grupos na dimensão relacional significa, muito provavelmente (ver os resultados de Fiske *et al.*, 1999), que a sua relação com os colonizadores é vista como tendo sido uma relação de cooperação e não uma relação conflitual. O reduzido número de traços por dimensão implica, porém, prudência na atribuição de significado aos resultados obtidos.

No caso de Portugal, pesquisas anteriores (Vala *et al.*, 1999, Vala *et al.*, 2003) têm mostrado que a saliência da identidade nacional e da identidade política não se correlacionam com orientações para a discriminação de grupos etnicizados ou

racializados. Os resultados aqui apresentados mostram, porém, que no contexto da evocação da colonização, uma identidade nacional saliente e uma identidade de direita se encontram associadas a uma maior discriminação desses grupos.

Relativamente à caracterização dos actores, devemos ainda destacar o facto de os resultados revelarem que as dimensões usadas para caracterizar esses grupos apresentam variações estruturais em função da identidade de quem avalia e do grupo avaliado. Como supõe a teoria da RS, não são apenas os processos que apresentam variações estruturais, são também os conteúdos ou os significados. Esta variação estrutural dos conteúdos sugere-nos dois comentários.

Um primeiro comentário é relativo ao facto de não se dever falar de processos apenas a nível do sistema cognitivo. É neste sentido que podemos convocar aqui o conceito de metassistema cognitivo proposto por Moscovici (1961), no qual se integram as RS. O metassistema cognitivo “controla” e “verifica” “processualmente” o sistema cognitivo. É também neste sentido que podemos referenciar o conceito de “metacognição social” proposto por Jost, Kruglanski e Nelson (1998). Este conceito refere as inter-relações entre o funcionamento dos processos cognitivos e as crenças suscitadas por esses processos.

O segundo comentário refere-se ao papel que poderão ter os protótipos dos actores na objectivação das representações sobre a colonização, na linha da teorização de trabalhos anteriores sobre este processo (Ordaz & Vala, 1997). Neste estudo não examinámos directamente o processo de objectivação, mas os resultados sobre as dimensões das imagens dos actores podem indicar exactamente que os seus retratos prototípicos serão fundamentais na objectivação das RS sobre a colonização.

Num segundo tempo da nossa análise, relacionámos as imagens dos actores com uma visão mais ampla da colonização do Brasil. Quando nos deslocámos de um objecto de representação específico (os actores) e alargámos o campo de inquirição a um conjunto mais vasto de objectos (relações culturais, genocídio, etc.) implicados pela evocação da colonização, deparámos com representações consensuais, quer no Brasil quer em Portugal. Neste caso, as clivagens decorrentes de identidades intranacionais esbatem-se.

Em Portugal, os inquiridos expressam muito claramente uma representação positivamente idealizada da colonização, de acordo com os *slogans* das comemorações e o registo acríptico das “memórias” constantemente activadas pelas instituições sociais e políticas. Trata-se de uma representação que silencia todos os aspectos negativos da colonização conduzida pelos portugueses. Por exemplo, a obra de Bartolomé de las Casas (1552/1995) sobre o genocídio dos índios pelos colonizadores espanhóis teve eco na comunicação social por altura das comemorações de 1492, mas a obra do mesmo autor sobre “A Destruição de África” (.../1996), em que se refere à acção dos portugueses, foi ignorada nas comemorações de 1500. Note-se, aliás, que também num estudo sobre a “consciência histórica” (Pais, 1999) realizado junto de amostras de jovens de uma grande diversidade de países, entre os quais países com passado colonial (Portugal, Espanha, França, Bélgica, Itália e Grã-Bretanha), Portugal é, juntamente com a Inglaterra, o país que menos

considera o período da colonização como “um período de desprezo e preconceitos contra outras culturas e raças de cor”.

Podemos então falar de uma representação social hegemónica sobre a colonização em Portugal, no sentido de uma representação não só consensual mas também normativa (Moscovici, 1988)? Os resultados apontam nesse sentido. E muito embora não tenhamos avaliado o grau de normatividade associado a esta representação, ele será, provavelmente, elevado, uma vez que esta constituirá um dos fundamentos públicos da identidade nacional em Portugal. O “lusotropicalismo” (Freire, 1933/2001) resiste (ver Sobral, neste mesmo número).

No caso do Brasil, e no contexto das comemorações, os inquiridos mostram-se sensíveis ao debate público que então se registou sobre as relações com os índios, o tráfico de escravos, etc., e as suas respostas remetem para uma visão crítica da colonização. Já no quadro do estudo sobre 1492 (Sá, Vala & Möller, 1997), os brasileiros mostravam-se críticos sobre as consequências da colonização — embora nesse caso se tratasse de uma amostra de universitários. Tão críticos como o Chile, o México e a Venezuela e mais críticos do que a Argentina, a Bolívia, ou o Peru.

Fica também por esclarecer se a RS do descobrimento do Brasil e da colonização é, nesse país, uma RS hegemónica. De novo, como em Portugal, estamos perante um universo de significados consensual e, em grande parte, independente de clivagens ideológicas, mas desconhecemos o seu grau de normatividade e coercividade. Tratar-se-á de um consenso contextual, directamente associado à evocação dos descobrimentos, ou de algo mais permanente, como parece ser a RS que reconstruímos em Portugal?

Notas

- 1 Efeito principal do tipo de dimensão ou traço $F(1,887)=9,33$; $p=0,002$; efeito principal do tipo de actor $F(2,1774)=269,96$; $p=0,000$; efeito principal do país $F(1,887)=8,26$; $p=0,004$; efeito de interacção traço x actor $F(2,1774)=228,39$; $p=0,000$; efeito de interacção traço x país $F(1,887)=49,60$; $p=0,000$; efeito de interacção actor x país $F(2,1774)=43,83$; $p=0,000$.
- 2 Os valores da identidade nacional nas amostras portuguesa e brasileira são muito semelhantes. Para efeitos da análise de variância, as duas primeiras posições da escala correspondem a identidade baixa e as duas últimas a identidade alta:

Identidade nacional	Portugal	Brasil
Não pertença	0,6%	1,8%
Pertença/não importante	19,7%	10,0%
Pertença/importante	43,3%	34,4%
Pertença/muito importante	36,4%	54,0%
Média	3,15	3,41

- 3 Os restantes efeitos significativos desta análise de variância ou não têm relevância no quadro deste estudo (efeito principal da identidade, efeito principal do tipo de traço, efeito principal do tipo de actor) ou já foram comentados na análise anterior (efeito de interação entre traços e actores).
- 4 A nota anterior aplica-se também aos dados do Brasil.
- 5 Os valores relativos à identidade política nos dois países são os seguintes:

Identificação política	Portugal	Brasil
Esquerda	13,7%	35,5%
Centro	75,4%	53,8%
Direita	10,9%	10,8%
Média	1,97	1,75

- 6 Aliás, contrariamente ao que sucede noutros países, não se verificou uma correlação expressiva entre a identidade nacional e identidade política, quer em Portugal (-0,11), quer no Brasil (0,09).

Referências

- Allport, G., & Postman, L. (1945/1965). Les bases psychologiques des rumeurs. In A. Lévy (Ed.), *Psychology Sociale. Textes fondamentaux*. Paris: Dunod.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Asch, S. E. (1946). Forming impressions of personality. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 41, 258-290.
- Bartlett, F. C. (1932/1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Breakwell, G. (1993). Social representations and social identity. *Papers on Social Representations*, 2, 198-215.
- Connerton, P. (1993). Como as sociedades recordam. Lisboa: D. Quixote.
- De Rosa, A. (2000). Memoria sociale, identità nazionale e rappresentazioni sociali: Costrutti convergenti. In G. Bellelli, D. Bakhurst, & A. Rosa (Eds.), *Tracce: Studi sulla memoria collettiva*. Nápoles: Liguori Editore.
- Deschamps, J-C., Paez, D., & Pennebaker, J. (2001). Mémoire collective des événements sociopolitiques et culturels: Representation sociale du passé à la fin du millennium. *Psychologie & Société*, 2 (1), 53-74.
- Fiske, S. T., Xu, J., & Cuddy, A. C. (1999). (Dis)respecting versus (Dis)liking: Status and independence predict ambivalent stereotypes of competence and warmth. *Journal of Social Issues*, 55 (3), 473-489.
- Freyre, G. (1933/2001). *Casa grande e senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Habwachs, M. (1950/1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel.
- Jodelet, D. (1992). Mémoire de masse: Le côté moral et affectif de l'histoire. *Bulletin de Psychologie*, 405, 239-256.

- Jost, J., Kruglanski, A., & Nelson, T. (1998). Social metacognition: An expansionist review. *Personality and Social Psychology Review*, 2 (2), 137-154.
- Las Casas, B. (1552/1995). *La destruction des indes*. Paris: Chandeigne.
- Marques, J., & Páez, D. (1994). The black sheep effect: Social categorization, rejection of ingroup deviates, and perception of group variability. In W. Stroebe & M. Hewstone (Eds.), *European review of social psychology* (vol. 5). Nova Iorque: John Wiley and Sons.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image, son public*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Nascimento-Shulze, C. M. (2000). Memoria colectiva y representaciones sociales de la germanidad en Brasil. In A. Rivero, G. Bellelli, & D. Bakhurst (Eds.), *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Ordaz, O., & Vala, J. (1997). Objectivação e ancoragem das representações sociais do suicídio na imprensa escrita. *Análise Social*, 32, 847-874.
- Páez, D., Valencia, J., Basabé, N., Herranz, K., & González, J. L. (2000). Identidad comunicación y memoria colectiva. In A. Rivero, G. Bellelli, & D. Bakhurst (Eds.), *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Pais, J. M. (1999). *Consciência histórica e identidade: Os jovens portugueses num contexto europeu*. Oeiras: Celta.
- Pennebaker, J., & Crow, D. (2000). Memorias colectivas: La evolución y la durabilidad de la historia. In A. Rivero, G. Bellelli, & D. Bakhurst (Eds.), *Memoria colectiva e identidad nacional*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Rateau, P. (2002). Pensée sociale, mémoire collective et sillance d'un événement: l'affaire de Carpentras. *Psychologie & Société*, 2 (2), 105-130.
- Rosenberg, S., Nelson, C., & Vivekananthan, P. S. (1968). A multidimensional approach to the structure of personality impressions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 9, 283-294.
- Sá, C., Vala, J., & Möller, R. (1997). Memórias sociais, representações e atribuição causal: Um estudo comparativo sobre o V centenário de 1492. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 48, 3-19.
- Sá, C. P., & Vala, J. (2000). La memoria collettiva e il quinto centenário della scoperta del Brasile. In G. Bellelli, D. Bakhurst, & A. Rosa (Eds.). *Tracce: Studi sulla memoria collettiva*. Nápoles: Liguori Editore.
- Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of social conflict. In W. Austin & S. Worchel (Eds.), *The social psychology of inter-group relations*. Monterrey: Brooks-Cole.
- Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais", *Análise Social*, 32 (1), 7-31.
- Vala, J., Lima, M., & Lopes, D. (2003). Valores sociais, preconceito e solidariedade relativamente a grupos racializados e emigrantes. In J. Vala, M. V. Cabral, & A. Ramos (Orgs.), *Valores sociais: Mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Social representations of the discovery of Brazil: Actors and colonization process (abstract) In the framework of the hypothesis according to which the evocation of remote events anchors in identitarian principles, this paper analyses the social representation (SR) of the discovery of Brazil. Firstly the representation of the actors of the colonization (Portuguese colonisers, native Indians and African slaves) is studied. Secondly, this representation is related with other dimensions of the memory of the discovery of Brazil. Data were collected in the Lisbon area (N=500) and in Rio de Janeiro (N=400) through quota sampling. Results show that national and political identities in Portugal as well as in Brazil are associated with representations of colonization actors. However, when images of the actors are brought together with other dimensions of the colonization consensual representations are founded in Portugal and in Brazil. These SR are consensual in each country but antagonistic between them.